Mondialisation.ca
Centre de recherche sur la mondialisation

O livro negro da guerra

A arte da guerra

Par Manlio Dinucci
Mondialisation.ca, 29 juin 2014
ilmanifesto.it

Depois de ter recebido o carimbo da autorização do Supremo Conselho da Defesa, convocado pelo presidente Napolitano, a ministra Roberta Pinotti (ministra da defesa do governo Renzi, ndt) publicou as diretivas do futuro "Livro Branco para a segurança internacional e a defesa", que traçará "a estratégia de evolução das Forças Armadas no horizonte dos próximos 15 anos". Estratégia que, como o indica as linhas diretivas, continuará a seguir o caminho aberto em 1991, imediatamente depois do combate da República Italiana no Golfo, abaixo do comando estadunidense, na sua primeira guerra. Seguindo o modelo da reorientação estratégica do Pentágono, a Ministra da Defesa do governo Andreotti anuncia então um "novo modelo de defesa". Violando a Constituição [1], esse estabelece que o dever das Forças Armadas é "a tutela dos interesses nacionais, na concepção mais vasta do termo, em tudo que seja necessário" e define a Itália como "elemento central da zona que se extende do Estreito de Gibraltar ao Mar Negro, unindo, através Suez e do Mar Vermelho, o Chifre da África e o Golfo Pérsico". [!!!] Esse « modelo de defesa » foi passando de um governo a outro, de uma guerra a outra, sempre abaixo do comando dos EUA (Iugoslávia, Afeganistão, Iraque, Líbia), sem jamais ter sido discutido no parlamento. Ele ainda também não o será no presente: a ministra da Defesa decidiu que o Supremo Conselho da Defesa, presidido por Napolitano, enviará as linhas diretivas ao presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e de Defesa, dos dois ramos do parlamento, "para que eles possam fazer eventuais avaliações e sugestões úteis a definição do Livro Branco, onde o governo assume a iniciativa e a responsabilidade".

Resta ainda modificar a orientação básica, que não pode ser posta em discussão. O dever das forças armadas – determinado nas linhas diretivas – não se dirige mais tanto à defesa do território nacional, que hoje em dia está muito menos sujeita a ameaças militares tradicionais, mas a defesa dos "interesses nacionais", principalmente os interesses vitais", em particular a "segurança econômica".

Segurança essa que consiste na "possibilidade de ter o usufruto do espaço e dos recursos mundiais comuns sem limitações", com uma "referência particular aos recursos energéticos". Para esse fim a Itália deverá operar na "vizinhança oriental e meridional [ou seja sul] da união européia, indo aos países até onde essa vizinhança se extende" (a qual inclui o Golfo Pérsico). Para salvaguardar os "interesses vitais" – explica ela – "o país está próximo de ter acesso a todas as energias disponíveis, e a todos os meios necessários, os quais incluem a utilização da força, ou a ameaça de a usar".

Num futuro próximo as Forças Armadas serão chamadas a operar para conseguir objectivos sempre mais complexos, porque "os riscos e as ameaças se desenvolverão no interior de

áreas geográficas estendidas e fragmentárias, sejam essas próximas ou longe do território nacional". Referindo-se especialmente ao Iraque, a Líbia e a Síria, o Supremo Conselho de Defesa sublinha que "todo o Estado falido torna-se inevitavelmente num polo de acumulação e de difusão mundial do extremismo, e da ilegalidade". Ignorando que a "falência" desses países vêm do fato de que eles foram demolidos pelas guerras da OTAN com a ativa participação das forças armadas italianas. De acordo com as linhas diretivas essas forças cada vez mais se transformarão num "instrumento tendo um amplo espectro de capacidade, capazes de serem integrados nos dispositivos multinacionais" a serem colocados "em todas as fases de um conflito, e por um período prolongado".

Os recursos energéticos a serem destinados a esse objetivo, mostra o Supremo Conselho de Defesa, não deverão descer abaixo de um nível mínimo, que não deve ser transgredidos (e os quais serão cada vez mais altos) porque, sublinha-se nas linhas de direção, "o instrumento militar representa para os países uma garantia para seu próprio futuro". Com esse objetivo se anunciou uma lei de orçamento quinquenal para os maiores investimentos da Defesa (como a aquisição de novos caças F – 35) de maneira a fornecer "a indispensável estabilidade de recursos".

Também seria conveniente "colocar a indústria a evoluir de acordo com as trajetórias tecnológicas e industriais que possam responder as exigências das Forças Armadas".

Em outras palavras, deve-se impulsionar a indústria de guerra, investindo na inovação tecnológica, "tornada necessária pela exigência de uma contínua adequação dos sistemas", quer dizer, de fazer com que os sistemas de armamentos sejam continuamente modernisados. Ao mesmo tempo seria necessário não somente uma melhor educação militar, mas uma subida geral da "condição social do personal militar", através de ajustamentos jurídicos e legais.

Como nascida da "exigência de proteger os interesses legítimos da comunidade" afirma-se nas linhas diretivas que, "a Defesa não pode ser considerada como um tema de interesse essencialmente dos militares, mas de toda a comunidade". A ministra Pinotti convida assim todos os italianos a enviar "eventuais sugestões" para as caixas de correio eletrônico librobianco@difesa.it. Esperemos que os leitores do manifesto sejam muitos a o fazerem.

Manlio Dinucci

Edição de terça-feira, 24 de junho de 2014 de il manifesto

Traduzido por Anna Malm, artigospoliticos.wordpress.com, para Mondialisation.ca

O semanário "A Arte da Guerra" é geralmente traduzido em 5 linguas (em inglês diretamente do italiano depois, a partir da versão francesa, esse é traduzido ao árabe, espanhol e português). Nós esperamos que os leitores pertencendo a "toda a comunidade" que desejem "proteger [seus] legítimos interesses" cumpridos fora do território italiano, façam com que chegue a ministra Pinotti, para o futuro "Livro branco para a segurança internacional e da defesa", "eventuais sugestões" compatíveis com o artigo 11 da Constituição da República italiana de 1947, que nós encorajamos o leitor a ler integralmente. NdT.

[1] Artigo 11 da Constituição da República italiana : A Itália repudia a guerra tanto como instrumento de atentar a liberdade de outros povos, e como modo de solução de conflitos internacionais; ela consente, na condição de reciprocidade com os outros países, a limitações de soberanidade necessárias a uma ordem que garanta a paz e a justiça entre as Nações; ela ajuda e favoriza as organizações internacionais tentando alcançar esse fim.

https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/costituzione_francese.pdf

La source originale de cet article est ilmanifesto.it
Copyright © Manlio Dinucci, ilmanifesto.it, 2014

Articles Par : Manlio Dinucci

A propos :

Manlio Dinucci est géographe et journaliste. Il a une chronique hebdomadaire “L’art de la guerre” au quotidien italien il manifesto. Parmi ses derniers livres: Geocommunity (en trois tomes) Ed. Zanichelli 2013; Geolaboratorio, Ed. Zanichelli 2014;Se dici guerra..., Ed. Kappa Vu 2014.

Avis de non-responsabilité : Les opinions exprimées dans cet article n'engagent que le ou les auteurs. Le Centre de recherche sur la mondialisation se dégage de toute responsabilité concernant le contenu de cet article et ne sera pas tenu responsable pour des erreurs ou informations incorrectes ou inexactes.

Le Centre de recherche sur la mondialisation (CRM) accorde la permission de reproduire la version intégrale ou des extraits d'articles du site Mondialisation.ca sur des sites de médias alternatifs. La source de l'article, l'adresse url ainsi qu'un hyperlien vers l'article original du CRM doivent être indiqués. Une note de droit d'auteur (copyright) doit également être indiquée.

Pour publier des articles de Mondialisation.ca en format papier ou autre, y compris les sites Internet commerciaux, contactez: media@globalresearch.ca

Mondialisation.ca contient du matériel protégé par le droit d'auteur, dont le détenteur n'a pas toujours autorisé l’utilisation. Nous mettons ce matériel à la disposition de nos lecteurs en vertu du principe "d'utilisation équitable", dans le but d'améliorer la compréhension des enjeux politiques, économiques et sociaux. Tout le matériel mis en ligne sur ce site est à but non lucratif. Il est mis à la disposition de tous ceux qui s'y intéressent dans le but de faire de la recherche ainsi qu'à des fins éducatives. Si vous désirez utiliser du matériel protégé par le droit d'auteur pour des raisons autres que "l'utilisation équitable", vous devez demander la permission au détenteur du droit d'auteur.

Contact média: media@globalresearch.ca